



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 121/XII/ 3.^a SL

Aos 17 dias do mês de dezembro de 2013, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações.
2. Apresentação e apreciação do Relatório da participação da Delegação da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas na reunião de Presidentes das Comissões de Negócios Estrangeiros dos Parlamentos da União Europeia e do Fórum Parlamentar para a Democracia sobre o tema "PARLAMENTOS PELA DEMOCRACIA: PARA UMA COOPERAÇÃO GLOBAL MAIS AMBICIOSA"
3. Apreciação de Parecer e Relatório:
 - Proposta de Resolução nº 66/XII/3^a - "Aprova o Acordo Quadro entre a República Portuguesa e o Governo da República da Turquia, sobre Cooperação Militar, assinado em Lisboa, em 6 de maio de 2013".
Deputada Autora do Parecer: Helena Pinto (BE);
 - Comunicação Conjunta ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Para uma abordagem global da crise Síria pela EU [JOIN (2013) 22]
Deputado Autor do Relatório: Paulo Pisco (PS).
4. Aprovação da Ata nº 119 de 5 de dezembro de 2013.
5. Outros assuntos.

1. Informações.

O Sr. Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto, deu início à reunião, tendo começado por informar que a CAE foi contactada pela Comissão ECON do Parlamento Europeu (PE), que se encontra a realizar um "inquérito" ao modo de funcionamento da troika (BCE/Comissão Europeia/FMI) e as decisões adotadas relativamente aos países sob assistência com vista à apresentação de um Relatório sobre o assunto. Considerando a intenção da Comissão ECON de concluir o Relatório no primeiro trimestre de 2014,

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 121/XII/ 3.ª SL

foram agendadas deslocações aos três Estados-Membros sob assistência na primeira semana de janeiro, tendo sido proposto que, no quadro da deslocação a Portugal, fosse agendada reunião com as comissões parlamentares envolvidas no acompanhamento da Troika, no dia 7 de janeiro de 2014, de manhã. Informou ainda da realização do Seminário Diplomático, organizado pelo Instituto Diplomático, nos próximos dias 6 e 7 de janeiro 2014, dedicado ao Comércio Internacional. Deu ainda conhecimento de audiência conjunta com a CAE, ao Embaixador da Grécia, sobre as prioridades da presidência grega, no dia 14 de janeiro 2014. Sugeriu que a próxima reunião ordinária da Comissão fosse marcada para dia 8 de janeiro de 2014, às 11:00. Informou ainda que vai ser distribuído aos membros da Comissão, para conhecimento, Relatório do Tribunal de Contas *“Acompanhamento de recomendações formuladas em 15 relatórios de auditoria do Tribunal de Contas nas áreas da Administração Interna, Defesa, Justiça, Negócios Estrangeiros e Encargos Gerais do Estado”*.

Deu conhecimento que recebeu ontem, dia 16 de dezembro, o Embaixador das Ucrânia, a seu pedido, o que permitiu perceber a complexidade da situação e dos problemas existentes naquele país. Pensa que seria interessante averiguar da disponibilidade do Sr. Embaixador para vir à Comissão falar sobre a situação na Ucrânia, pelo que havendo concordância será feito o convite.

2. Apresentação e apreciação do Relatório da participação da Delegação da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas na reunião de Presidentes das Comissões de Negócios Estrangeiros dos Parlamentos da União Europeia e do Fórum Parlamentar para a Democracia sobre o tema "PARLAMENTOS PELA DEMOCRACIA: PARA UMA COOPERAÇÃO GLOBAL MAIS AMBICIOSA"

O Sr. Presidente disse que fez a apresentação que consta na ata da reunião, logo após a deslocação, e o relatório já foi distribuído a todos os membros da Comissão. Deu, de seguida, a palavra ao Sr. Deputado José Lino Ramos (CDS-PP), que integrou a delegação a esta reunião, que começou por referir que o relatório espelhava o que se passou e considerou que a imagem perfeita dos participantes foi dada pela afirmação de que a maior parte dos presentes tinha dificuldade em falar inglês e fala fluentemente russo. Referiu ainda que as intervenções do Presidente foram muito

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 121/XII/ 3.ª SL

saudadas, não em público, mas particularmente, porque nestas reuniões se recorre por norma a clichés, pelo que as intervenções fora do contexto político oficial são muito bem acolhidas.

O Sr. Presidente disse que nesta reunião a presidência lituana queria solenizar a assinatura do Acordo de Parceria Oriental, cuja assinatura coincidia com a data da reunião, mas não contava com a decisão ucraniana. Foi, por isso, um momento um pouco fúnebre. A UE estando interessada na parceria oriental, em especial os suecos e os polacos, não revelou interesse em assinar acordo tão forte como a Rússia, por muito que isso possa perturbar o relato a que temos assistido. A verdade é que a Rússia tem um ascendente sobre a Ucrânia em termos energéticos e é também o grande mercado de exportação dos produtos ucranianos. Foi interessante verificar que, na reunião, estavam presentes gregos, portugueses, irlandeses, suecos e holandeses mas não estavam alemães, ingleses e franceses, o que dá uma noção da importância que a Europa confere à Parceria Oriental. Também a situação vivida nos países do sul pode ter contribuído para a dúvida da Ucrânia quanto à assinatura do Acordo de Parceria.

O Sr. Deputado Carlos Páscoa Gonçalves (PSD) disse que o grupo parlamentar do PSD reconhece a importância desta reunião e defende o aumento da participação dos parlamentos nacionais é muito importante. Temos acompanhado a evolução da situação na Ucrânia e lamentamos a violência que tem ocorrido em determinados momentos. Também entendemos que apesar de a UE não estar disponível para participar num leilão não deve passar a mensagem que abandonará a Ucrânia. Quando tudo parecia indicar que a Ucrânia ia assinar o acordo, o que se verificou foi a manutenção da influência que a Rússia ainda mantém sobre este Estado. É importante que as aspirações da população ucraniana sejam respeitadas dentro dos limites do Estado de direito.

3. Apreciação de Parecer e Relatório:

- Proposta de Resolução nº 66/XII/3ª - "Aprova o Acordo Quadro entre a República Portuguesa e o Governo da República da Turquia, sobre Cooperação Militar, assinado em Lisboa, em 6 de maio de 2013".



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 121/XII/ 3.ª SL

A Sr.ª Deputada Helena Pinto (BE) apresentou o parecer tendo referido que o ponto 2 da Parte I do Parecer cinge-se ao texto do acordo. Sublinhou alguns dos considerandos do Acordo que referem a NATO como pilar da segurança e estabilidade. Penitenciou-se por não ter introduzido a sua opinião como Autora do parecer, mas, prosseguiu, a posição sobre a NATO é conhecida e não a considera um “pilar de segurança e estabilidade” como referido no primeiro considerando do Acordo em causa. Considera ainda que qualquer acordo de cooperação militar deve ser sempre sujeito à observância do cumprimento dos direitos humanos e à não utilização das forças militares para a repressão da população. Referiu ainda que a celebração destes acordos não é competência exclusiva da defesa, mas tem a ver igualmente com as competências desta Comissão pelo que, sugeriu, se poderia fazer um debate sobre esta matéria. Concluiu considerando que a proposta de resolução reúne os requisitos constitucionais, legais e regimentais para ser agendado para apreciação pelo Plenário.

O Sr. Presidente, antes de passar a palavra aos membros da Comissão, concordou com a ideia exposta, de que a NATO tem a ver com a matéria de relações externas antes de ser matéria de defesa.

O Sr. Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD) deu os parabéns à Sr.ª Deputada e disse que a assinatura destes acordo se justifica. Concluiu referindo que está reaberta a questão sobre o alargamento e que este é um debate muito profundo que terá de ser feito.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) felicitou a Sr.ª Deputada pelo Parecer e disse que esta matéria é relevante no âmbito das relações bilaterais entre Portugal e a Turquia.

Submetido a votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade.

- Comunicação Conjunta ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Para uma abordagem global da crise Síria pela EU [JOIN (2013) 22]



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 121/XII/ 3.ª SL

O Sr. Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD) solicitou o adiamento da apreciação deste Relatório, elaborado pelo Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) por ter sido distribuído no dia da reunião e sugeriu que de futuro, os pareceres e relatórios fossem distribuídos com um mínimo de 24 horas de antecedência relativamente à reunião em que irão ser apreciados.

Ambas as propostas mereceram concordância dos membros presentes.

4. Aprovação da Ata nº 119 de 5 de dezembro de 2013.

A ata, com proposta de aditamento sugerida pelo Sr. Deputado Paulo Pisco, foi aprovada por unanimidade.

5. Outros assuntos.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) apresentou requerimento do seu grupo parlamentar para audição do Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Machete, para informar a Comissão sobre a situação decorrente da entrada em Portugal de um grupo de 74 cidadãos sírios, com passaportes irregulares, que foram compelidos por autoridades guineenses a entrar no avião da TAP com destino a Lisboa.

O Sr. Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD) sugeriu que o requerimento fosse apreciado na próxima reunião, até porque se trata de uma matéria complexa e delicada, pelo que será bom deixar algum tempo passar.

A Sr.ª Deputada Carla Cruz (PCP) disse que o PCP não se opõe à apresentação do requerimento mas entende que todos os grupos parlamentares devem ter acesso ao teor do mesmo. É uma regra que é respeitada nas outras comissões parlamentares, pelo que se fosse intenção do grupo parlamentar proponente debatê-lo hoje, deveria tê-lo entregue anteriormente.

Usaram ainda da palavra os Srs. Deputados Paulo Pisco e Ricardo Baptista Leite sobre esta matéria tendo sido consensualizado adiar a apreciação do requerimento para a próxima reunião.



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 121/XII/ 3.ª SL

O Sr. Presidente considerou que se impunha refletir sobre esta questão e informou que tomou iniciativa de enviar carta ao Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros pedindo esclarecimentos sobre esta situação e informou que logo que seja recebida resposta será distribuída aos membros da Comissão.

Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada às 17:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 janeiro 2014.

O PRESIDENTE

(SÉRGIO SOUSA PINTO)



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 121/XII/ 3.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Cruz
Carlos Páscoa Gonçalves
Feliciano Barreiras Duarte
Helena Pinto
Jorge Rodrigues Pereira
José Lino Ramos
Laurentino Dias
Maria de Belém Roseira
Maria Ester Vargas
Maria Gabriela Canavilhas
Maria João Ávila
Maria José Moreno
Maria Manuela Tender
Mário Magalhães
Nuno Magalhães
Paulo Pisco
Pedro Silva Pereira
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Sousa Pinto
Ângela Guerra
Ferro Rodrigues
Maria Paula Cardoso

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carina Oliveira
Carlos Alberto Gonçalves